



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA**

1ª CÂMARA - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 09 / 12 / 08  
Iclis Sousa Moura  
Matr. 4295

CC02/C05  
Fls. 84

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 02 / 01 / 2009  
Rubrica

**Processo nº** 35011.003064/2006-11  
**Recurso nº** 144.463 Voluntário  
**Matéria** Construção Civil: Responsabilidade Solidária. Órgãos Públicos  
**Acórdão nº** 205-00.690  
**Sessão de** 03 de junho de 2008  
**Recorrente** ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-  
ESTRUTURA  
**Recorrida** DRP MANAUS/AM

: Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/08/1998 a 30/09/1998

**Ementa:** ÓRGÃO PÚBLICO. CONSTRUÇÃO CIVIL.  
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPREITADA TOTAL.  
INEXISTÊNCIA.

A norma do artigo 71, §1º da Lei nº 8.666, de 21/06/93 – Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – que dispõe sobre as responsabilidades, inclusive fiscais, decorrentes dos contratos administrativos prevalece sobre o artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91. É a aplicação do Princípio da Especialidade, *lex specialis derogat generali*. Em face do artigo 71, §2º da Lei nº 8.666, de 21/06/93, a responsabilidade solidária da Administração Pública é restrita à cessão de mão-de-obra prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/91. Entendimento consubstanciado no Parecer AGU/MS nº 008/2006, aprovado pelo Exmº Senhor Presidente da República.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Processo n.º 35011.003064/2006-11  
Acórdão n.º 205-00.690

SEGUNDA - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 09 / 12 / 08  
Isis Sousa Moura  
Matr. 4295

CC02/C05  
Fls. 85

ACORDAM os membros da quinta câmara do segundo conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

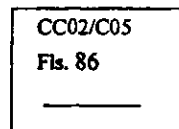
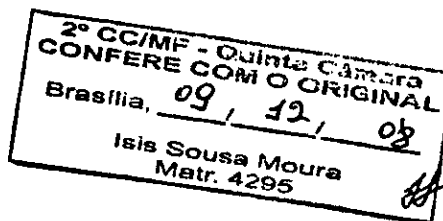
  
JULIO CÉSAR VIEIRA GOMES

Presidente

  
LIEGE LACROIX THOMASI

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros, Marco André Ramos Vieira, Damião Cordeiro De Moraes, Marcelo Oliveira, Manoel Coelho Arruda Junior, Adriana Sato e Renata Souza Rocha (Suplente).



## Relatório

Trata-se de crédito lançado por responsabilidade solidária em entidade pública contratante de obra de construção civil, em virtude da recorrente não ter comprovado, perante a fiscalização, os recolhimentos das contribuições previdenciárias, na forma definida pela Receita Previdenciária, relativamente às competências de 08/1998 a 09/1998.

De acordo com o relatório fiscal às fls. 18/23, o lançamento visa sanear o anterior, que foi anulado pela DRP de Manaus, por incorreção na identificação do sujeito passivo e refere-se às contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados empregados de empresa prestadora de serviços na execução de obra de construção civil.

O lançamento foi fundamento no artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91 (fls. 07).

Somente o Estado impugnou o lançamento (fls.45/51) e Decisão-Notificação (fls.56/63), julgou o crédito procedente.

Inconformada com a decisão, a recorrente interpôs recurso (fls.70/78) argüindo em síntese:

- Que a Lei 9716/98, ao eleger nova base de cálculo desobedeceu ao disposto no artigo 195 da Constituição Federal, levando à nulidade do Auto de Infração ora impugnado.

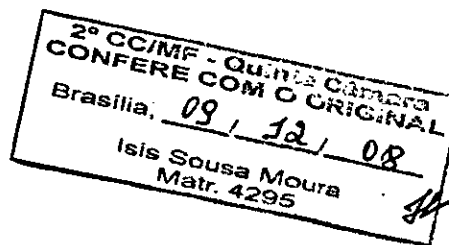
- Que é inaplicável a regra da substituição tributária ao caso em questão, porque o tomador do serviço, que deveria efetuar a retenção, não tem vínculo com a folha de salário do prestador do serviço. E que, a substituição tributária objeto desta NFLD desobedeceu ao §7º, do artigo 150 da Constituição Federal e o artigo 128 do Código Tributário Nacional, tornando-a inaplicável.

- Argüi ofensa ao princípio da igualdade – art. 150, II da CF, pois o art. 19 da Ordem de Serviço 203/99, do INSS, inovou ao dizer que não se aplica a retenção a alguns serviços, exigindo assim que uns se submetam a retenção e outros não, deixando de cumprir o princípio constitucional.

Requer que o recurso seja julgado procedente para desconstituir a NFLD, excluindo o crédito previdenciário conforme a fundamentação.

É o Relatório.

f



## Voto

Conselheira LIEGE LACROIX THOMASI, Relatora

Sendo tempestivo, CONHEÇO DO RECURSO e passo ao seu exame.

Primeiramente, há de se salientar que as argüições trazidas na peça recursal são totalmente alheias à matéria tratada na presente Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, que constituiu o crédito previdenciário com base na responsabilidade solidária expressa no artigo 30, inciso VI da Lei n.º 8.212/91.

Ao contrário do que diz a recorrente, o lançamento se deu com base na solidariedade e não na falta de recolhimento da retenção de 11% incidente sobre as faturas de prestação de serviço, na forma da Lei n.º 9711/98, até porque tal lei tem vigência a partir de fevereiro de 1999, quando o crédito aqui lançado refere-se ao período de 08/1998 e 09/1998.

Pelo exposto, deixo de me manifestar sobre as alegações recursais.

Todavia, nos termos do relatório fiscal e de fundamentos legais, a responsabilidade solidária atribuída à recorrente decorre de obra de construção civil, Inciso VI, do artigo 30, da Lei n.º 8.212, de 24/07/91.

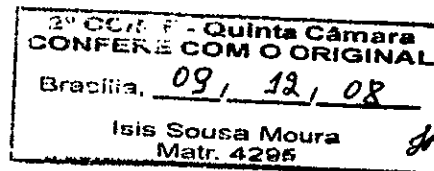
Portanto, a autoridade fiscal não observou que o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93 contém norma especial sobre as responsabilidades fiscais decorrentes dos contratos administrativos, devendo prevalecer sobre a Lei de Custeio (inciso VI, artigo 30, da Lei n.º 8.212/91), que estabelece norma geral sobre responsabilidade solidária de contribuições previdenciárias nas obras de construção civil por empreitada total, independente de quem seja o contratante. É a aplicação do Princípio da Especialidade, *lex specialis derogat generali*.

Entretanto, em relação à cessão de mão de obra prevista no artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 24/07/91, mesmo na construção civil, o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos em seu §2º do mesmo artigo 71 não afastou a responsabilidade solidária das entidades públicas.

Sobre a matéria foi publicado no Diário Oficial da União de 24/11/2006 o Parecer AGU n.º 08/2006, adotado pelo Advogado-Geral da União e aprovado pelo Presidente da República:

"(...)

2. O Parecer AGU/MS 08/2006 analisa cada uma das espécies e a legislação pertinente - esta inclusive pelo perfil histórico - concluindo, à vista do art. 71 e §§ da Lei n.º 8.666/93 e arts. 30, VI e 31 da Lei n.º 8.212/91 (com as diferentes redações, bem assim a legislação previdenciária e de licitação anterior), no sentido de que na hipótese de contratação de serviços para execução de obra mediante cessão de mão de obra - art. 31, Lei 8.212/91 - a responsabilidade do contratante público é tão só pela retenção (portanto obrigado tributário, não devedor solidário) sendo que nos contratos de obra não tem a



*administração qualquer responsabilidade pelas contribuições previdenciárias.*

(...)

*V - Atualmente, a Administração Pública não responde, nem solidariamente, pelas obrigações para com a Seguridade Social devidas pelo construtor ou subempreiteira contratados para a realização de obras de construção, reforma ou acréscimo, qualquer que seja a forma de contratação, desde que não envolvam a cessão de mão-de-obra, ou seja, desde que a empresa construtora assuma a responsabilidade direta e total pela obra ou repasse o contrato integralmente (Lei nº 8.212/91, art. 30, VI e Decreto nº 3.048/99, art. 220, § 1º c/c Lei nº 8.666/93, art. 71)."*

Em síntese, temos que de acordo com o Parecer acima:

a) entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias; e

b) após o período acima, os artigos 30, VI e 31 da Lei de Custeio da Seguridade Social são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).

Por fim, considerando que toda a Administração Federal está vinculada ao cumprimento da tese jurídica fixada no citado parecer, conforme previsão nos artigos 40 e 41 da Lei Complementar nº 73/1993, impõem-se a sua aplicação ao caso, uma vez que o presente lançamento teve fundamento na responsabilidade solidária prevista no inciso VI do artigo 30, da Lei nº 8.212/91.

Em razão do exposto,

Voto pelo provimento do recurso.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 2008

  
LIEGE LACROIX THOMASI

Relatora